

De um país do futuro a um país do presente *

A. F. Cesarino Júnior

Presidente Honorário da Sociedade Internacional de Direito do Trabalho e da Segurança Social (Genebra) — Professor Honorário da Universidade Central da Venezuela (Caracas) — Professor da Faculdade de Direito da Universidade Estadual (São Paulo).

A posse da nova Diretoria do nosso valoroso Centro Acadêmico XI de Agosto se realiza num desses momentos cruciais de nossa nacionalidade. Segundo a tradição desta tradicional Academia, naquilo que ela tem de mais respeitável, o XI de Agosto está, como sempre esteve, ao lado de uma causa justa e do mais alto interesse nacional.

Esta *Semana Mudancista* que os universitários brasileiros, professores e estudantes, liderados pelos Centros Acadêmicos XI de Maio e XI de Agosto, acabam de promover com pleno êxito, é mais uma demonstração de que a nossa mocidade continua entusiasticamente interessada nos problemas fundamentais do país.

Acompanhei-a com o mais vivo interesse e considero altamente honrosa para mim a coincidência de, atendendo ao amável convite de Guilherme Augusto Lopes, vir parafinar a sua posse e a de seus companheiros néo-dirigentes do XI de Agosto, no próprio dia do encerramento de certâmen de tão elevada significação.

Muito embora estivesse atento aos problemas históricos, geográficos, urbanísticos, econômicos, jurídicos, administrativos e sociais relativos à mudança de nossa Capital,

(*) Conferência proferida a 16 de maio de 1957 na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

que aqui foram debatidos com tanto calor e proficiência por notáveis especialistas, é evidente que não caberia agora um retrospecto de tão brilhantes estudos.

Assentada como está, por todos os motivos a conveniência, diríamos melhor a urgência da mudança de nossa Capital para Brasília, nós que somos também ardoroso mundancista e que sempre nos preocupamos com os problemas primordiais de nossa Pátria, nos perguntamos: Não será esta oportunidade, que nos levou a meditar sobre um dos mais importantes aspectos da realidade brasileira, propícia, também, para um exame global, embora sucinto, de nossa evolução, a fim de, verificando como ela se processa, concluir pela normalidade ou anormalidade desse desenvolvimento, com o objetivo de, na segunda hipótese, cogitar da sua possível correção?

Com efeito, os países, como os homens, passam pelas diversas fases da existência. Em qual delas estaremos nós? Teremos já passado a fase infanto-juvenil, que nos caracterizava como um país do futuro, poeticamente cantado no livro precioso de Zweig? Teremos direito a considerar-nos exatamente adultos, isto é, somos já um país do presente?

Exame de tal envergadura excede de muito nossas limitadas capacidades. Não abordaremos aqui, portanto, tôdas as suas facetas, mas tão somente aquelas sobre as quais temos “na vida honesto estudo, com modesta experiência misturado”.

Assim é que não cogitaremos dos aspectos econômicos, muito embora aprendamos com os economistas que êle está longe de ser satisfatório. Assim, a conceituada revista “Conjuntura Econômica”, no volume dedicado à análise de 1956, começa por afirmar: “O quadro da economia brasileira, que cifras preliminares configuram para 1956, apresenta duas evoluções opostas: externamente, a situação foi satisfatória; no setor interno, houve acentuada queda do ritmo de crescimento do país e a inflação ergueu ainda mais a sua espiral cujo fim não está à vista” Por

isso nos limitaremos a comentar aqui, com intuito obviamente construtivo, certas anomalias do crescimento nacional, que todos devemos patrioticamente combater.

A primeira delas é o que poderíamos chamar o nosso *fachadismo*. Ninguém negará que somos um país subdesenvolvido. Temos, entretanto, atitudes de novo rico. Somos o país dos Cadillacs, quando deveríamos ser o país dos tratores. Fazemos questão de evidenciar a nossa alta cultura literária e artística, através de academias e museus e conservamos elevada a nossa porcentagem de analfabetos: 51,65%, segundo o “Anuário Estatístico do Brasil”, de 1955, dos quais 36,63% no Estado de São Paulo. Somos o país pioneiro na arquitetura moderna e temos grande número de favelas e cortiços. Damos vultosas subvenções para atividades perfeitamente suntuárias e no Estado líder é grande a mortalidade infantil: em 1950, 111,22 falecidos no primeiro ano de idade, sobre 1.000 nascidos vivos, sendo que no Município da Capital tal número foi de 93,36. Nossa vida média é ainda muito curta, comparada com a de outros países, como os Estados Unidos: Brasil, 42,3 anos; São Paulo, 49,8 anos. É exíguo o número de leitos hospitalares, inclusive para o pronto socorro: em 1953, 187.713 para uma população estimada em 55.859.000, sendo em São Paulo 53.483 para uma população estimada em 9.837.000 habitantes. Fundamos numerosas Faculdades e Ginásios, enquanto milhares de crianças ficam sem escolas primárias. Construimos palácios para sede suntuosa de instituições públicas ou autárquicas, enquanto os seus funcionários ou segurados vivem em porões, e a União deve aos Institutos de Previdência Social cerca de 30 bilhões de cruzeiros. Falta-nos o senso da realidade, da verdadeira importância das coisas, da prioridade que é preciso dar a umas em relação a outras. Não nos habituamos ainda — é óbvio que se fala das medidas legislativas e governamentais — a estabelecer e respeitar uma escala de prioridades: primeiro o necessário, depois o útil e somente por último o supérfluo. Não é isto preo-

cupação apenas com fachada e não com a realidade, à maneira de Potemkin?

Em grande parte essa preocupação com a fachada, com as aparências, resulta do nosso exagerado *personalismo*. Muitos de nossos homens públicos vêm nos postos que ocupam, não uma delegação do povo, um mandato popular a cumprir, como é curial que ocorra numa democracia, mas uma propriedade pessoal, a ser desfrutada por êles próprios e seus parentes e apaniguados. E, nestas condições, *pour le bon plaisir du roi*, tudo é pouco e quanto ao povo, *qu'il mange des brioches*.

Em correlação surge, logicamente, o *empreguismo*. Governar, não é mais abrir estradas: é dar empregos. Por isso mesmo é realmente surpreendente entre nós e, assim, merece o devido registro e o mais caloroso êlogio, o seu ato de que o Presidente da República nos dá conta da sua mensagem ontem entregue ao Congresso Nacional de haver extinto 95 mil cargos públicos (estará certo o número?), com uma poupança anual de 7 bilhões de cruzeiros. Com efeito, apreciando o orçamento da União para 1957, a citada revista "Conjuntura Econômica" escreve: "Os gastos com pessoal superam os realizados em 1955, de cerca de 130%. Esse extraordinário aumento decorre do último reajustamento numa base de cerca de 100% dos vencimentos do funcionalismo público federal, cuja despesa, à conta do Tesouro Nacional, passou de 22 bilhões em 1955, para 46 bilhões de cruzeiros em 1956. — Relativamente ao total de tôdas as despesas, os gastos com pessoal, em 1957, representam 46% contra 35% em 1955. Com o pessoal civil e militar da administração centralizada despenderá, o Tesouro, 37 bilhões de cruzeiros, dos quais 20 bilhões com os civis. Quanto aos inativos sua despêsa atingirá sete bilhões, ou seja, 1/5 da realizada com os funcionários em atividade. Com os pensionistas, gastará, o Govêrno, cerca de dois bilhões".

Do empreguismo decorre êste outro flagelo nacional: o *burocratismo*. Onde há excesso de funcionários, há

excesso de burocracia, excesso de papelório, de marchas e contra-marchas inúteis, de pareceres, informações, carimbos e assinaturas. E assim se entrava o desenvolvimento do país, criando-se dificuldades absurdas e injustificáveis às atividades produtoras. O problema se agrava ainda, se se levar em conta o reduzido horário de expediente da maioria das repartições públicas e o fato de operarem quase tôdas num só período dos dias úteis. Daí a praga das filas, com a consequente perda de tempo precioso, vale dizer de horas de trabalho, ou seja de produtividade, com o consequente encarecimento do custo de vida.

Outra demonstração de que nós não atingimos ainda, normalmente, a idade adulta é o que poderíamos chamar de nosso *feudalismo*. Não são sòmente certos detentores de cargos públicos que se julgam verdadeiros senhores feudais colocados acima das leis e donos das gentes: são também certos empregadores e, sobretudo, certos fazendeiros, aos quais, como terratenentes, aquela expressão se aplica ainda melhor. Bastará lembrar como certos funcionários tratam ao público, do qual, em realidade êles são servidores e não senhores; como certos patrões desrespeitam as leis sociais; como certos proprietários rurais não apenas as desrespeitam, mas as ignoram totalmente.

Para corrigirmos essas anomalias e, notadamente, para fazê-lo em curto prazo a fim de ajudar o Presidente Juscelino Kubitschek a cumprir a sua promessa de dar ao Brasil “50 anos de progresso em 5 anos de govêrno”, devemos proceder a uma verdadeira mobilização espiritual de estímulo ao esforço e ao trabalho e de combate a tôdas as fórmulas derrotistas. Devemos proceder à revisão de nossos métodos educacionais para torná-los mais ativos e mais práticos, criar mais escolas técnicas e de engenharia, de ciências, de medicina e menos de direito e de literatura. Devemos estimular a economia rural, não apenas pelo financiamento, mas principalmente pela abertura de estradas e construção de silos e entrepostos onde necessários

e pelo aumento dos meios de transporte, inclusive com a cooperação de viaturas do Exército. Devemos instituir o serviço civil obrigatório, com aproveitamento integral dos jovens convocados anualmente, para, sob a direção de oficiais do Exército, cujo número na Arma de Engenharia seria devidamente aumentado, construir numerosas estradas, pontes e sobretudo inúmeros campos de aviação, etc.. Devemos intensificar a campanha de educação de adultos, através da obrigatoriedade de criação de escolas em todos os agrupamentos em que haja de 10 analfabetos para cima e da obrigatoriedade de se ocuparem gratuitamente dêsse serviço, ao menos 3 horas por semana, tôdas as pessoas em condições de fazê-lo. Devemos proteger aos trabalhadores do campo pela imediata extensão a êles das leis sociais que atualmente beneficiam aos trabalhadores urbanos, visto como a discussão do assunto tem demonstrado a perfeita possibilidade de sua aplicação imediata aos primeiros, desaprovando inteiramente o projeto de regimen jurídico do trabalho rural, em andamento na Câmara dos Deputados, o qual, em relação aos trabalhadores do campo, deve ser considerado uma autêntica revogação da Lei Áurea. Devemos cuidar da saúde do homem do interior através do exato cumprimento das leis que determinam a criação de postos de assistência médica em todos os municípios do país, contando, cada um dêles, pelo menos, com um médico, um cirurgião dentista, uma enfermeira-obstetrix e os meios materiais necessários. Devemos firmar convênio entre a União, os Estados e os Municípios, no sentido de que tôdas as professôras rurais tenham vencimentos mais altos que as urbanas e estejam em condições de ministrar ensinamentos de higiene e particularmente de nutrição. Devemos restabelecer em tôdas as escolas primárias e secundárias o ensino da higiene e da educação moral e cívica e criar em tôdas as escolas superiores cursos de ética profissional. Devemos intensificar a exigência do cumprimento dos dispositivos legais concernentes à elaboração de estatísticas para um melhor

conhecimento da realidade nacional. Devemos instituir a obrigatoriedade de que todos os projetos de lei sejam acompanhados do estudo completo da situação dos problemas que visam regular, a juízo de uma Comissão Parlamentar de Triagem, a ser criada em tôdas as Câmaras do país, sob pena de não serem aceitos para discussão. Devemos proceder ao estudo intensivo das normas administrativas vigentes para o fim de racionalizar as atividades e as repartições públicas, combatendo a burocracia. Devemos estabelecer a racionalização e concordância das leis sociais e econômicas, de molde a conseguir que, sem diminuição das atuais garantias sociais dos trabalhadores, possa ser efetivada a proteção a êles dispensada, sem, entretanto, entravar a marcha da produção. Devemos modificar a atual organização diplomática brasileira, de molde a dar a tôda nossa representação no estrangeiro um sentido mais dinâmico, a fim de, não sòmente tornar mais conhecido exteriormente o Brasil, como obter resultados econômicos da atuação diplomática. Devemos desburocratizar o país, com medidas que desanimem a corrida aos empregos públicos e estimulem a procura de colocações nas atividades produtivas, empregando-se as economias federais resultantes da diminuição do pessoal, já iniciada pelo atual Presidente, no pagamento da astronômica dívida da União para com os Institutos de Aposentadoria e Pensões. Devemos adotar nas repartições públicas o período de 8 horas de trabalho para cada funcionário, com seu funcionamento ininterrupto, com duas turmas do pessoal, das 6 às 22 horas. Devemos estudar melhor a distribuição das verbas orçamentárias, a fim de que as dotações correspondam às atividades que realmente merecem prioridade e proceder a exame cuidadoso das verbas distribuídas a título de subvenção, suprimindo-se as concessões a entidades não realmente úteis no sentido do serviço social, combatidas tôdas as formas de favoritismo e personalismo. E, sobretudo, devemos trabalhar em todos os setores da atividade produtiva, com um verdadeiro

fanatismo produtivo, pois o Brasil não necessita senão disto, *de trabalho*, pois o mais nos foi dado pela natureza.

Em que poderemos nós, professôres e estudantes, contribuir para efetivar esta almejada mudança do Brasil, de um país do futuro para um país do presente? E em que poderemos nós ajudar o Presidente da República a conseguir 50 anos de progresso em 5 anos de govêrno?

Sobretudo, que podemos nós, não apenas *dizer*, mas, *fazer*, nesse sentido? Como efetivar o *Res, non Verba*?

Reconhecemos que muitas das medidas acima apontadas, dependendo de emendas à Constituição Federal ou de leis, estão fora de nosso alcance pessoal. Entretanto, para que nossa contribuição não seja apenas verbiagem, poderíamos além de difundí-las com as poderosas armas à nossa disposição; a cátedra e o livro, demonstrando a nossa firme vontade de agir para a consecução daquêles alevantados ideais também por êstes meios: pregando, *com o exemplo*, o princípio da dedicação desinteressada pelo bem público, o que poderíamos demonstrar, entre outras medidas, dedicando uma parte de nosso tempo à alfabetização de adultos, podendo entidades universitárias, a Diretoria do Centro Acadêmico “XI de Agôsto”, que hoje toma posse, e as dos demais, organizar, a exemplo do que faz o SESI, uma série de cursos gratuitos de alfabetização de adultos, em locais quaisquer cedidos gratuitamente, cujos professôres, gratuitos também, seriam estudantes de Direito e das outras Escolas que aderissem à idéia; reformando os nossos métodos de ensino e de aprendizagem, no sentido de torná-los mais pragmáticos e menos programáticos; realizando pesquisas, inclusive estatísticas, relativas aos assuntos mencionados, a fim de contribuir para a sua solução; cooperando, gratuita e desinteressadamente, por tôdas as formas, nas iniciativas produtivas de interêsse nacional, sejam governamentais ou particulares.

Só assim estaremos cumprindo o nosso dever no sentido de contribuir com tôdas as nossas fôrças para que o Brasil possa attingir os seus elevados destinos, transformando-se de um país do futuro em um país do presente.

O Brasil é racialmente o herdeiro da civilização latina mais credenciado para conservá-la e desenvolvê-la, se acaso um dia ela perecer na Europa. Dizê-lo não significa antagonismo com os Estados Unidos, racialmente herdeiros da civilização germânica. Muito ao contrário, pois foi da fusão dessas duas civilizações que surgiu o que chamamos de civilização ocidental. O entendimento, que já existe e que deve durar para sempre, cada vez mais aperfeiçoado, em pé de igualdade e não de dependência, entre a grande nação do Norte e o grande país do Sul do continente americano, representa já e representará mais ainda, em futuro bastante próximo, o penhor seguro de uma paz fundada no respeito e no auxílio mútuos.

A religião do solidarismo, que a grande nação norte-americana já pratica em larga escala, deve ser adotada por nós cada vez mais intensamente, máxime em nossa vida interna. Nós nos dizemos cristãos, mas cristianismo implica solidarismo, vale dizer, fraternidade. E fraternidade, por sua vez, implica na consideração pelos direitos alheios, no desejo de auxiliar aos nossos semelhantes, considerando-os como verdadeiros irmãos.

O espírito de solidariedade, de fraternidade, distingue o verdadeiro adulto da criança caprichosa, do adolescente naturalmente egoísta, pois é uma decorrência da consciência da interdependência humana. O homem egoísta, preocupado exclusivamente com os próprios interesses, o fachadista, o personalista, o entreguista, o burocratista, o feudalista é um sêr espiritual, social e moralmente subdesenvolvido, ainda com resquícios aparentes do selvagem que dorme dentro de nós. Não compreende a impossibilidade, na vida social, de um receber sem dar, não percebe quanto é impossível a alguém ser venturoso, no meio de infelizes, não se dá conta de quanto é vil querer aproveitar-se dos benefícios proporcionados pelo convívio social, sem retribuí-los com o próprio esforço, com a sua contribuição pessoal para o melhoramento dêsse mesmo convívio.

Temos a impressão de que a grandeza do povo norte-americano, que conhecemos e admiramos, não somente através dos livros, mas também pela observação pessoal, reside em grande parte, não apenas na compreensão, porém principalmente na *prática* destas verdades, na prática do solidarismo. Nós, a quem a natureza colocou em situação, sob muitos aspectos, semelhante à dos Estados Unidos, nós que somos o colosso do Sul, enquanto eles são o colosso do Norte, não devemos continuar a sê-lo tão somente do ponto de vista geográfico. Sigamos o seu exemplo, tomemos consciência de nós mesmos, mudemos, não apenas a nossa Capital, mas a nossa mentalidade, as nossas atitudes e trabalhemos com o mesmo ímpeto com que eles trabalham, para, deixando de ser apenas um país do futuro, sermos, como eles, daqui por diante, também um país do presente!